

VIDA ACADÊMICA

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

A falta de políticas na segurança pública paulista de 1946 a 1964

Propondo-se a discutir o descompasso entre os fundamentos do sistema político democrático implantado em 1946 e o exercício do poder de polícia no Brasil, Thaís Battibugli examinou a influência do sistema democrático na cultura policial das principais corporações da época: Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil. A autora realizou um estudo de caso sobre o sistema policial paulista entre 1946 e 1964 em sua tese de doutorado em Ciência Política, “Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)”, apresentada em março de 2007 à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e orientada por Paulo Sérgio Pinheiro. Além de analisar as rivalidades entre essas instituições, a autora estuda projetos de reforma para o setor, como o Ponto IV, um programa americano de assessoria.

Inicialmente Battibugli traça um panorama da democracia e da polícia paulista em seu recorte temporal. Para observar a estrutura da segurança pública paulista, oferece um estudo de cada corporação policial e da Secretaria de Segurança Pública a que todas estavam subordinadas. Seu objetivo central foi analisar o grau de implementação de práticas condizentes com as obrigações

constitucionais expressas na Constituição Federal de 1946. Buscou, assim, definir o quanto a instituição policial realmente atendia ao padrão de legalidade aceito por uma sociedade democrática.

Como o sistema de segurança pública brasileiro é descentralizado, as instituições policiais de cada Estado apresentam singularidades próprias na estruturação, no sistema administrativo e em seus valores. Por essa razão, a tese limitou-se apenas à polícia paulista. O período de análise se inicia em 1946, data que representa uma restauração democrática após o autoritarismo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, período no qual o aparato policial foi utilizado como instrumento de repressão política. A pesquisa termina com o golpe de 1964, quando o sistema de segurança interno – do qual a polícia estadual é parte – passou a ser subordinado às diretivas militares. Battibugli constatou que a adequação do sistema policial ao novo sistema político ocorreu apenas em 1968, com a nova Lei Orgânica da Polícia e com a criação da Polícia Militar em 1970.

Battibugli concluiu que o sistema de segurança pública foi marcado pela falta de uma política que unificasse as principais corporações em torno da manuten-

ção da ordem pública. Cada instituição pressionava o governo para realizar seus interesses corporativos. Embora traçadas por valores gerais comuns a qualquer instituição policial, agiam como se fossem auto-suficientes, defendendo seus próprios valores e denegrindo a imagem das rivais perante a população, imprensa e esfera política.

Os problemas abordados referem-se ao período de 1946 a 1964, mas as hipóteses e conclusões podem ser aproveitadas para pesquisas atuais. Algumas das questões enfrentadas pela segurança pública ainda se mantêm – rivalidades entre as corporações, descontinuidade das políticas de segurança, cultura policial marcada pelo protecionismo que defende ilegalidades e retarda reformas no sistema. Marcos César Álvares, doutor em Sociologia e pesquisador do Núcleo de Estudos de Violência (NEV), destacou a atualidade do tema: “Parece que nunca avançamos nesse campo”. Para Fernando Salla, doutor em Sociologia, professor titular da Universidade São Francisco e também presente na banca, “é uma questão desafiadora compreender marcos de reflexão dessa época”. Apesar de ter feito ressalvas à bibliografia ordenada por assuntos, a banca sugeriu a publicação da tese.